



03/05/2022

Número: **0700459-36.2021.8.07.0007**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível de Taguatinga**

Última distribuição : **13/01/2021**

Valor da causa: **R\$ 14.324,32**

Assuntos: **Responsabilidade do Fornecedor**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
ANTONIO HEMETERIO DA COSTA (AUTOR)	
BANCO BMG S.A (REU)	
	ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE (ADVOGADO) BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81062878	13/01/2021 14:45	06- Extrato de Empréstimos Consignados	Comprovante
106285302	22/10/2021 15:55	Sentença	Sentença



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Extrato de Empréstimos Consignados

Dados do Beneficiário							
Nome: ANTONIO HEMETERIO DA COSTA	Número do Benefício: 106.514.638-5 CPF: 067.719.981-34						
Dados do Benefício							
Espécie: APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCIARIA							
Situação: ATIVO							
Características:							
É Pensão Alimentícia: Não	Possui Representante Legal: Não Bloqueado para Empréstimo: Não Elegível para Empréstimo: Sim						
Margem Consignável							
Base de Cálculo: R\$ 1.685,50	Margem para Empréstimo: R\$ 32,38 Margem para Cartão: R\$ 0,00						
Instituição Pagadora							
CBC/Banco: 1 - Banco Brasil (Banco do Brasil)							
Tipo: Conta Corrente Ag.: 1507 C/C.: 00002038450							
Contratos de Empréstimos							
Empréstimo	CBC / Banco Comp. 1ª Parcela Comp. Última Parcela Data inclusão QTD Parcelas Valor Parcela Valor Empréstado						
622836749	29 - Itau Consignado S.A.	02/2021	01/2028	10/10/2020	84	R\$ 103,24	R\$ 5.335,40
Situação: Ativo							
628337023	29 - Itau Consignado S.A.	02/2021	01/2028	11/10/2020	84	R\$ 79,00	R\$ 3.514,23
Situação: Ativo							
629036668	29 - Itau Consignado S.A.	02/2021	01/2028	11/10/2020	84	R\$ 74,00	R\$ 3.824,29
Situação: Ativo							
623436982	29 - Itau Consignado S.A.	01/2021	12/2027	02/10/2020	84	R\$ 11,96	R\$ 618,09
Situação: Ativo							
O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.							



PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Extrato de Empréstimos Consignados

Dados do Beneficiário		Número do Benefício: 106.514.638-5					CPF: 067.719.981-34	
Nome: ANTONIO HEMETERIO DA COSTA								
Empréstimo	CBC / Banco	Comp. 1ª Parcela	Comp. Última Parcela	Data inclusão	QTD Parcelas	Valor Parcela	Valor Empréstado	
624036731	29 - Itau Consignado S.A.	01/2021	12/2027	02/10/2020	84	R\$ 53,17	R\$ 2.747,80	
Situação: Ativo								
624209882	29 - Itau Consignado S.A.	09/2020	08/2027	06/08/2020	84	R\$ 26,97	R\$ 1.253,84	
Situação: Ativo								
627309680	29 - Itau Consignado S.A.	09/2020	08/2027	08/08/2020	84	R\$ 157,21	R\$ 6.931,66	
Situação: Ativo								
311007234	318 - BMG	11/2020	10/2027	07/10/2020	84	R\$ 52,00	R\$ 4.324,32	
Situação: Ativo								
Contratos de Cartão								
Nº Contrato	CBC / Banco	Data de Inclusão		Situação	Limite	Valor		
11416820	318 - BMG	03/02/2017		Ativo	R\$ 1.801,00	R\$ 84,28		
Demonstrado apenas empréstimos ativos e suspensos.								



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

IVARCIVTAG
1ª Vara Cível de Taguatinga

Número do processo: 0700459-36.2021.8.07.0007

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANTONIO HEMETERIO DA COSTA

REU: BANCO BMG S.A

SENTENÇA

Trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídica com pedido de tutela de urgência, ajuizada por ANTÔNIO HEMETÉRIO DA COSTA em face de BANCO BMG S.A., partes qualificadas nos autos.

Narra o autor que recebe sua aposentadoria pelo Banco do Brasil, sendo seu benefício no valor de R\$ 1.685,50; e que em novembro de 2020, ao tentar adquirir um empréstimo, foi informado de que já teria realizado um contrato de empréstimo consignado, nº 311007234, no valor de R\$ 4.324,32, a ser pago em 84 parcelas de R\$ 52,00, sendo a primeira parcela para novembro de 2020, de acordo com o que consta no extrato de empréstimos consignados emitido pelo INSS.

Argumenta que não solicitou o empréstimo, não assinou nenhum contrato e não recebeu o referido valor em sua conta bancária, tendo sido vítima de fraude, tendo envidado esforços para solucionar a questão amigavelmente, sem êxito, contudo, uma vez que as cobranças não cessam, o que tem colocado sua saúde e planejamento econômico em risco.

Tece arrazoado jurídico e, ao final, requer tutela de urgência para determinar à ré que suspenda os descontos das parcelas referentes ao contrato nº 311007234 pelo suposto empréstimo no valor de R\$ 4.324,32 a ser pago em 84 parcelas de R\$ 52,00; e, no mérito, a procedência do pedido com declaração de inexistência de relação jurídica entre o autor e o réu em relação ao contrato, com a devolução dos valores descontados do benefício do INSS do autor, em dobro; bem como a condenação ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00.

Decisão de id. 81370959 indeferiu o pedido de antecipação de tutela formulado e concedeu a gratuidade de justiça ao autor.



Citado, o banco réu apresentou contestação (id. 82595320), na qual, preliminarmente, alegou: (i) a prescrição, em razão do negócio jurídico ter sido realizado em 19/09/2008; (ii) que o contrato inicial foi realizado sob o nº 188135984, no valor principal de R\$ 4.686,52, a ser pago em 60 parcelas de R\$ 158,17, o qual foi renegociado; (iii) que o autor recebeu o valor de R\$ 1.109,05 em sua conta bancária em 19/09/2008 referente ao contrato, o qual entrou em atraso; (iv) que o contrato nº 31100723 com descontos de R\$ 52,00 trata-se de contrato acessório ao contrato nº 188135984; (v) inexistência de danos morais, tratando-se de mero aborrecimento; (vi) impossibilidade de repetição de indébito em dobro, pois o contrato é válido e regular; (vii) inviabilidade de inversão do ônus da prova; (viii) em caso de condenação o autor deverá devolver as quantias depositadas em seu favor. Requer a improcedência dos pedidos ante a regularidade do contrato (id. 82595320).

Realizada audiência de conciliação a mesma restou infrutífera (id. 86746787).

O autor apresentou réplica no id. 88028149, na qual requereu, em sede de especificação de provas, a exibição do contrato de empréstimo nº 31100723 e, após a juntada, perícia para aferir a autenticidade da assinatura do autor.

Intimado, o réu se manifestou no id. 90133353, aduzindo que, em face à constante queda na margem consignável do autor referente ao contrato nº 188135984, como forma de garantir o recebimento dos valores devidos gerou o chamado “CRIC”, o qual consiste no desconto das parcelas com um novo número de contrato, o que não gera prejuízo ao autor. Esclareceu que os descontos de R\$ 52,00 referente ao contrato nº 311007234 refere-se a contrato acessório ao de número 188135984, de forma que não há contrato de nº 311007234 a ser apresentado, tendo em vista que esse número foi criado para possibilitar que o réu realizasse os descontos referentes ao contrato de nº 188135984, em virtude da queda na margem.

É o relatório. **DECIDO.**

Promovo o julgamento antecipado da lide na forma do art. 355, I, do Código de Processo Civil, tendo em vista que o feito se encontra suficientemente instruído.

Não há questões preliminares ou de ordem processual pendentes de apreciação. Por outro lado, constato a presença dos pressupostos de constituição e desenvolvimento da relação processual, do interesse de agir e da legitimidade das partes, razão pela qual avanço à matéria de fundo.

O réu suscitou prejudicial de mérito da prescrição da pretensão do autor, por estar contestando termos de um negócio jurídico realizado em 19/09/2008, contrato nº 188135984.

Não merece acolhida, contudo, pois o débito que se está a discutir é aquele registrado sob o nº 311007234, no valor de R\$ 4.324,32, a ser pago em 84 parcelas de R\$ 52,00, realizado em 07/10/2020, com primeira parcela para novembro de 2020, não havendo que se falar, portanto, em prescrição.

Assim, **rejeito a prejudicial de mérito da prescrição.**



No mérito propriamente dito, a matéria ventilada nos autos versa sobre relação jurídica com natureza de relação de consumo, estabelecida sob a regência do Código de Defesa do Consumidor, devendo, pois, ser analisada à luz dos princípios que informam e disciplinam o microsistema específico por ele trazido.

A controvérsia limita-se a avaliar se a parte autora firmou com a requerida, em 07/10/2020, o Contrato nº 311007234, no valor de R\$ 4.324,32, a ser pago em 84 parcelas de R\$ 52,00, dando ensejo aos descontos em seu benefício junto ao INSS, com primeira parcela para novembro de 2020.

Ressalto que, uma vez alegada a existência da fraude, compete a parte autora demonstrar apenas a existência da cobrança que reputa indevida e o nexo causal em relação ao dano sofrido. Consoante o demonstrativo de crédito de benefícios junto ao INSS juntado no id. 81062879 restou clara a cobrança do valor de R\$ 52,00 conforme alegado pelo autor na inicial.

Por sua vez, só haverá exclusão da responsabilidade da parte em caso de culpa exclusiva do consumidor, provando-se que este teria, de fato, contratado o serviço por ela oferecido. Tal encargo incumbe à fornecedora do serviço, a quem se imputa o dever de carrear o contrato e provar que o consumidor, ao contrário do que alega, voluntariamente por ele se obrigou, sendo evidente a impossibilidade de se impor ao autor, que afirma, categoricamente, não ter realizado a contratação, o encargo de provar fato negativo, em verdadeira prova diabólica.

Observe, pois, que o deslinde da questão está na comprovação, por parte do réu, da contratação legitimadora da cobrança, haja vista a impossibilidade lógica de se impor ao postulante, no presente caso, o ônus de provar fato negativo.

Ademais, conforme dicção do art. 373, do CPC, pertence ao réu o ônus da prova “*quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*”.

Noutra perspectiva, aplicável ao caso o art. 14, § 3º, do CDC, que atribui ao fornecedor do serviço o ônus de provar a inexistência de defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, para eximir-se da responsabilidade pelos danos causados ao consumidor, ao estatuir:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

[...]

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.



Portanto, competia ao réu demonstrar a validade da contratação, ônus do qual não se desincumbiu.

Nesta toada, cabe observar que, no caso em apreço, inexistia nos autos o contrato bancário devidamente assinado pelo autor a fim de comprovar que o negócio jurídico foi, de fato, por ele firmado, uma vez que o réu alegou no id. 90133353 que o contrato sequer existe. A demandada, ainda, afirmou que foi realizada uma operação denominada CRIC, por meio da qual, após ser impossibilitada de efetuar os descontos no benefício previdenciário em razão da redução da margem consignável, registrou uma nova contratação no benefício do autor, de modo a obter novos descontos mensais até que se saldasse a dívida.

Com efeito, o documento de ID n 82595323 demonstra que a dívida contraída pelo requerente em 2008 não foi quitada, não havendo nos autos qualquer indício do contrário. O caso sob análise, em verdade, não trata de contratação fraudulenta, já que o requerente confirma o contrato de ID n. 83719349 - Pág. 5, mas de prática abusiva da requerida que, nos moldes do art. 39, VI, do CDC, prevaleceu de seu acesso ao benefício do requerente para, em detrimento do que foi originalmente acordado, estabelecer novas condições de pagamento do débito. Diante do inadimplemento, competia à requerente buscar a quitação do seu crédito munindo-se dos instrumentos processuais cabíveis, não lhe sendo lícito, *sponte propria* estabelecer descontos de modo diverso do que foi acordado visando a forçosamente reaver seu capital. Ainda, ao contrário do que sustenta a demandada, não há que se falar em ausência de prejuízo ao autor, uma vez que não demonstrou nos autos os índices e cálculos aplicados para que reduzisse as parcelas a R\$ 52,00.

Nesse contexto, não logrando a parte ré comprovar a existência do liame jurídico válido, apto a ensejar a responsabilidade contratual do consumidor, exsurge imperioso o reconhecimento da inexistência da relação jurídica e do débito a ela jungido, com a conseqüente insubsistência de qualquer apontamento desabonador deles decorrente.

À luz do Estatuto Consumerista (CDC, art. 14) o fornecedor de serviço possui responsabilidade objetiva, respondendo, pois, independentemente da verificação de culpa, pela reparação de danos causados aos consumidores, salvo na ocorrência de uma das cláusulas excludentes da responsabilidade do prestador de serviços, elencadas no § 3º, incisos I e II, do referido dispositivo legal.

É devida, portanto, a devolução de todas as parcelas descontadas do benefício do requerente, em razão do contrato registrado no seu benefício sob o número 311007234, em dobro, em face da natureza francamente indevida da cobrança, já que não houve prévia pactuação entre as partes, situação plenamente conhecida pela autora.

No que se refere aos danos morais, igual sorte não assiste à parte autora. O dano moral decorre da lesão aos direitos da personalidade, a exemplo do nome, da honra, da boa fama e da existência minimamente digna. No caso em tela, é certo que a autora experimentou sentimentos desagradáveis, como raiva, ansiedade e angústia. Não obstante, sentimentos dessa natureza são inerentes aos dissabores comuns ao convívio em



sociedade e não são idôneos para dar ensejo à indenização em virtude de dano moral.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido** para:

(a) **Declarar** a inexistência do débito oriundo do Contrato Contrato nº 311007234, supostamente contratado em 07/10/2020, no valor de R\$ 4.324,32, a ser pago em 84 parcelas de R\$ 52,00;

(b) **Determinar** a devolução, em dobro, dos valores descontados indevidamente junto ao benefício do autor perante o INSS, referentes ao contrato nº 311007234, com parcelas de R\$ 52,00, valores que deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data de cada desconto, com juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação;

Em consequência, resolvo o mérito, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Presentes os requisitos previstos no art. 300 e ss. do CPC, tendo em vista que a probabilidade do direito decorre da cognição exauriente própria das sentenças de mérito e a urgência é caracterizada pela necessidade de se impedir a contínua violação aos direitos da personalidade do requerente, **concedo a tutela de urgência** para determinar ao requerido que suspenda, desde já, os descontos das parcelas referentes ao Contrato nº 311007234, pelo suposto empréstimo no valor de R\$ 4.324,32 a ser pago em 84 parcelas de R\$ 52,00 junto ao benefício do INSS do autor. Oficie-se ao INSS para que cesse os descontos nos moldes determinados nesta sentença. **CONFIRO FORÇA DE OFÍCIO A ESTA SENTENÇA PARA ESTA FINALIDADE.**

Em face da sucumbência em parte mínima do pedido, arcará a parte requerida com o pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 2º do Código de Processo Civil.

Sentença registrada eletronicamente. Publique-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Documento registrado e assinado eletronicamente pelo(a) Juiz(a) de Direito / Juiz(a) de Direito



Substituto(a), abaixo identificado(a), na data da certificação digital.



Este documento foi gerado pelo usuário 024.***.***-92 em 03/05/2022 09:31:34

Número do documento: 21102215551083100000098937888

<https://pje.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21102215551083100000098937888>


Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA SANTOS CALACO - 22/10/2021 15:55:10

Sentença com força de ofício - autos 0700459-36.2021.8.07.0007- Destinatário INSS

Lorena Aragão Costa Braga - 1VCTAG <lorena.costa@tjdft.jus.br>

Ter, 03/05/2022 09:38

Para: Diretoria de Benefícios e Relacionamento Com Cidadão <dirben@inss.gov.br>

 1 anexos (1 MB)

Sentença com força de ofício ao INSS - autos 0700459-36.2021.8.07.0007.pdf;

Você não costuma receber emails de lorena.costa@tjdft.jus.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Prezados senhores,

Segue em anexo sentença com força de ofício, em pdf, assinada nos autos em epígrafe que tramitam nesta 1ª Vara Cível de Taguatinga.

Atenciosamente,

Lorena Aragão Costa Braga
Técnico Judiciário
1ª Vara Cível de Taguatinga/DF